

# Acusado ataca o grupo de Sarney

## Ex-governador culpa aliados do senador pelo seu envolvimento nas investigações da Operação Navalha

Durante depoimento ontem no Superior Tribunal de Justiça, que durou uma hora e 15 minutos, o ex-governador do Maranhão José Reinaldo de Tavares acusou o grupo político do senador José Sarney, do PMDB, pelo envolvimento de seu nome no escândalo da máfia das obras. Preso semana passada na Operação Navalha e solto domingo após obter *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, José Reinaldo não chegou a citar Sarney durante o interrogatório. Porém, falou diversas vezes do "grupo que dominava o estado".

Acusado de receber um carro no valor de R\$ 110 mil da construtora Gautama, em troca de benefícios durante a disputa por obras da BR 402, o ex-governador negou qualquer envolvimento com o esquema de desvio de dinheiro público e favorecimento da empreiteira. "Faz parte da luta política, não tem jeito. Não me sinto vítima e tenho a

consciência tranqüila. Vencemos a eleição e isso faz bem para o Maranhão", salientou. José Reinaldo preferiu, porém, não comentar o fato de que aliados de Sarney, com quem já teve estreita ligação, sejam alvo das investigações da Operação Navalha, como o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau. Há suspeitas de que o ministro tenha recebido propina para apressar a liberação de recursos das obras realizadas pela Gautama no programa Luz Para Todos do Piauí. "Não vou fazer juízo de valor sobre isso. Representa um problema que só o futuro dirá", afirmou.

Nas eleições estaduais do ano passado, José Reinaldo apoiou a candidatura de Jackson Lago, do PDT, contra a ex-governadora e senadora Roseana Sarney, do PMDB. Lago também faz parte da lista de investigados. Dois sobrinhos do governador estão presos desde quinta-feira. Domingo,

eles solicitaram *habeas*, mas tiveram o pedido negado pelo ministro do STF, Gilmar Mendes.

Em relação ao carro, José Reinaldo disse que o adquiriu com recursos próprios, em uma concessão da Citroën de Brasília, e que declarou o bem no Imposto de Renda. A compra, segundo ele, ocorreu em 2006. José Antônio de Almeida, advogado do ex-governador, explicou que José Reinaldo fez a aquisição em Brasília porque vai com frequência à capital federal, onde vivem seis filhos de dois casamentos. José Reinaldo afirmou que, durante seu governo, a Gautama teve apenas um contrato fechado com o estado para a construção de quatro pontes: "Diferentemente do que dizem meus opositores, essas obras eram fundamentais para a extensão da BR 402". Lembrou que a Gautama foi desclassificada na licitação do serviço de pavimentação da auto-estrada.

## Lago também culpa o senador Vilela é citado em gravações

O senador José Sarney, do PMDB, também foi alvo das denúncias feitas ontem pelo governador do Maranhão, Jackson Lago, do PDT. Conforme o pedetista, Sarney faz parte do esquema de fraude desvendado pela Polícia Federal. Segundo Lago, o advogado do PMDB no Maranhão, Marcos Lobo, teria agido a mando de Sarney para prejudicar sua administração, mesmo sabendo que as denúncias acabariam atingindo os aliados do senador.

O pedetista também acusou a ex-governadora Roseana Sarney de levar a construtora Gautama ao estado há sete anos e de assinar contrato de R\$ 300 milhões com a empreiteira de Zuleido Veras para duplicar a adutora de Itaúni no Maranhão. As obras, porém, foram paralisadas

pelo Tribunal de Contas por indícios de irregularidades. Lago afirmou que o ex-governador José Reinaldo Tavares, que trabalhou nas campanhas de Sarney em anos anteriores, também assinou contrato de R\$ 143 milhões com a Gautama. Citou ainda que, há duas semanas, a construtora enviou documento ao governo do estado cobrando a dívida contraída por José Reinaldo. A nota passa por análise da Secretaria de Infra-Estrutura. O governador suspendeu quaisquer pagamentos à empresa. "Nada de antieético e incorreto aconteceu no Maranhão sem que o grupo de Sarney não estivesse presente", afirmou. Lago disse ainda que seus sobrinhos, presos semana passada, podem ter sido envolvidos no esquema pelo grupo de Sarney.

Durante a Operação Navalha, a Polícia Federal gravou conversas telefônicas, entre as quais a que o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, do PSDB, é citado pelo dono da construtora Gautama, Zuleido Veras. O empresário está preso e é apontado como chefe da quadrilha que desviava recursos federais de obras públicas. Em um dos trechos gravados, Zuleido diz a envolvido no esquema que "o dinheiro tem que sair porque a obra é do Téo".

Ontem de manhã, Vilela participou de solenidade no Palácio República dos Palmares, ao lado do secretário de Planejamento, Sérgio Moreira, que responde desde sexta-feira pela área de Infra-Estrutura (Seinfra), após a prisão e a exoneração de Adeilson Bezerra. O ex-secretário da

Seinfra preside o diretório do PMDB de Maceió. Ele foi indicado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que possui ligações com Zuleido desde 1994. Foi nessa época que Calheiros conquistou seu primeiro mandato como senador.

Além de Bezerra, também está preso Enéas Alencastro, ex-chefe do escritório de Alagoas em Brasília e que trabalhava no gabinete de Vilela junto ao Senado. Segundo a Polícia Federal, Bezerra e Enéas teriam recebido cerca de R\$ 300 mil em propina da Gautama, a pedido do dono da empresa. Nas investigações da Polícia, Vilela também é citado por ter participado de encontro secreto com Zuleido no seu escritório em Maceió. O reunião teria sido organizada por Enéas Alencastro.

## Senadores cobram repesália a Tarso

Senadores dos partidos da base do governo vão cobrar do presidente Lula que advirta o ministro da Justiça, Tarso Genro. Segundo eles, Tarso estaria usando o cargo para orientar a Polícia Federal a vazear escutas telefônicas direcionadas a prejudicar políticos, como os senadores Renan Calheiros, do PMDB, e Delcídio Amaral, do PT. O ministro não quis comentar as suspeitas. Outra acusação que pesa contra Tarso é a de que ele estaria tentando beneficiar o delegado Renato Porciúncula, seu preferido para a Diretoria-Geral da PF. Grupo de delegados trabalha para manter no comando o atual diretor, Paulo Lacerda. Outro setor, do qual faria parte o ministro, defende a nomeação de Porciúncula.

## Rossano pede empenho no debate dos pedágios

O presidente da comissão externa da Assembleia Legislativa que discutirá a concessão de pedágios nas rodovias gaúchas, deputado Rossano Gonçalves, do PDT, alertou ontem para a necessidade de evitar que o tema se torne palco para o combate partidário. O parlamentar destacou que a comissão externa representará o fórum ideal para que a concessão de serviços nas estradas estaduais seja tratada sem ideologias e livre de qualquer vínculo com questões ligadas ao ano eleitoral, que se aproxima. Rossano disse respeitar a decisão do Legislativo em criar CPI que discutirá as concessões no setor. Porém, concluiu o inquérito parlamentar como instrumento inadequado que, segundo ele, poderá perder o foco principal. "Se alguém irá ganhar com meio de troca de farpas, certamente não será o usuário das rodovias nem a população em geral", destacou o deputado.

Rossano lembrou que, nos últimos 34 anos, foram instaladas 42 CPIs, número que considera exagerado, configurando a utilização inadequada dos inquéritos parlamentares. "As CPIs deveriam servir como último recurso para casos extremos e situações de exceção. Po-

rém, essas comissões foram vulgarizadas e seus debates terminam focados na disputa política, deixando o interesse social em segundo plano", avaliou. Segundo o parlamentar, na maioria dos casos, as CPIs não elucidaram as questões discutidas nem trouxeram melhorias aos gaúchos que acampanharam as investigações.

Hoje, após a sessão plenária, a comissão externa irá se reunir para definir a participação dos últimos três ex-governadores nas reuniões. Os convites, segundo Rossano, já foram confirmados. Ontem à tarde, Rossano e o deputado Marco Peixoto, do PP, apresentaram a proposta da comissão aos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Rossano pediu ao presidente do tribunal, Sandro Pires, detalhes dos contratos firmados nos últimos dez anos entre o Estado e os serviços terceirizados em rodovias estaduais. O parlamentar disse que técnicos do TCE poderão participar das audiências públicas, auxiliando na interpretação de documentos e na análise de contratos. "Essa avaliação, qualificada e imparcial, será fundamental para garantir transparência às discussões", destacou o deputado.

## Ministério demite 87 servidores TRE elege hoje novo presidente

O Ministério da Previdência divulgou ontem balanço sobre o envolvimento de servidores em irregularidades. Conforme o levantamento, 87 funcionários foram demitidos este ano e outros 10 tiveram a aposentadoria cassada por participação em fraudes na concessão de benefícios a inativos e pensionistas. No total, há 177 processos administrativos em andamento, que já resultaram em 197 punições. As sanções incluem a suspensão por até 90 dias e advertências. Em 2006, foram aplicadas 153 punições, com 55 demissões. O ministro Luiz Marinho destacou ontem que entre os estados com maior índice de ilícitos estão São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado (TJRS) elegeu ontem o desembargador João Carlos Branco Cardoso para assumir vaga no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Com a indicação, o pleno do TRE realiza hoje, às 14h, a eleição que escolherá o novo presidente da instituição. Os candidatos são, obrigatoriamente, os desembargadores estaduais. O atual presidente, desembargador Leo Lima, deixará o cargo no dia 30, após mandato de dois anos.

O TRE é formado por sete integrantes: dois advogados indicados pela OAB/RS; dois juizes de Direito e dois desembargadores estaduais escolhidos pelo TJRS; e um desembargador federal indicado pelo Tribunal Regional Federal.

Branco Cardoso é natural do município de Rio Grande. Se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1964. Foi nomeado juiz de Direito em dezembro de 1973. Atuou nas comarcas de Torres, Pedro Osório, Jaguarão, Pelotas e Porto Alegre. Foi promovido a juiz do Tribunal de Alagoas em agosto de 1991 e a desembargador do Tribunal de Justiça do Estado em maio de 1997. Ele integra a 4ª Câmara Cível do TJRS. Desde outubro de 2005, atua como juiz substituído no pleno do TRE.



Branco Cardoso

## Ação Poupança

Seu direito de receber valores não repassados à caderneta de poupança, por conta dos Planos Bresser, Verão e Colôr, prescreverá parcialmente já no final deste mês!

### Anos 87 a 91!

BARBIERI ADVOGADOS  
contato@barbieriadvoogados.com

Praça da Alfândega, 12 - 12º andar - POA

(51) 3224 0169 / 3228 4121

## Resumo

**SUSPEITOS** — A ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon revogou ontem as prisões de mais duas pessoas detidas durante a Operação Navalha. João Alves Neto, filho do ex-governador de Sergipe João Alves Filho, e Geraldo Magela Fernandes da Rocha, secretário de Infra-Estrutura do Maranhão, foram soltos após prestar depoimento.

**APOIO** — A Associação dos Magistrados Brasileiros apoiou ontem, em nota, a ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon, acusada de ter se precipitado ao determinar a prisão de envolvidos na Operação Navalha.

**ESCLARECIMENTO** — O senador Delcídio Amaral, do PT, disse ontem conhecer o empresário Zuleido Veras, dono da construtora Gautama. Admitiu que viajou em jatinho fretado pelo empresário, mas afirmou desconhecer de onde havia partido o dinheiro.

**DEMISSÃO** — O peemedebista José Sarney tem admitido em conversas reservadas que a melhor saída para o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, é pedir licença ou demissão do cargo. Publicamente, afirma não acreditar que Rondeau esteja "envolvido em negócios escusos".

**PROPINA** — Auração da Polícia Federal apontou que o deputado Paulo Magalhães, do Dem, sobrinho do senador Antônio Carlos Magalhães, recebeu propina de R\$ 20 mil da construtora Gautama. Os indícios foram obtidos por meio de escutas telefônicas.

**PRISÕES** — Pelo menos mais 30 prisões e indiciamentos deverão ocorrer a partir da análise dos documentos apreendidos na construtora Gautama, segundo a Polícia Federal. Essa nova leva poderá incluir governadores, três senadores e vários deputados.

**RELAÇÃO** — O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a negar ontem relação com Zuleido Veras, dono da Gautama. Disse que, se contactou Zuleido, foi para defender interesses de Alagoas.

**SUPERFATURAMENTO** — O prefeito de Sinop, Nilson Leitão, ignorou relatório que apontava superfaturamento de até 110% no projeto da Gautama para a rede de esgotos da cidade. Conforme auditoria da Câmara Municipal, outra construtora teria cobrado até 400% menos em alguns itens. O prefeito está preso, acusado de receber R\$ 200 mil da Gautama.

**DEPOIMENTOS** — Flavio Conceição de Oliveira Neto, conselheiro do Tribunal de Contas de Sergipe, após ontem no Superior Tribunal de Justiça. Confirmou que a Gautama fechou contrato com o estado, mas que foi assinado antes do governo João Alves.

**FRAUDE** — Um ex-assessor do deputado distrital Pedro Passos, do PMDB, chamado Adão, foi flagrado ontem, pela Polícia Federal (PF), queimando documentos de interesse da Operação Navalha. A PF o prendeu por envolvimento no esquema de fraude em licitações de obras públicas.

**SUSPENSÃO** — O Tribunal de Justiça do Estado suspendeu ontem a decisão da juíza de Sobradinho, Márcia Rita de Oliveira Mainardi, que devolvia ao PP as vagas dos vereadores Sérgio de Pelegrin Vieira e Gilvan Trevisan, que entraram no PTB. O processo continua tramitando.